

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.455, DE 2016

Dispõe sobre o exercício da profissão de Cerimonialista e suas correlatas.

Autoras: Deputadas LAURA CARNEIRO E CARMEN ZANOTTO

Relatora: Deputada MARIA DO ROSÁRIO

I - RELATÓRIO

Tendo sido designada relatora da proposição em epígrafe, verifiquei que a mesma havia sido anteriormente relatada pelo Deputado Hildo Rocha, mas, no entanto, não foi apreciada nesta Comissão. Assim, por concordar com os termos ali expostos, tomo a liberdade de fazer referência a seu parecer e aproveito para render as minhas homenagens ao Deputado que me precedeu nessa honrosa missão.

Então, vejamos.

O projeto de lei em exame, de autoria da ilustre Deputada Laura Carneiro e da Deputada Carmen Zanotto, disciplina o exercício da profissão de cerimonialista e seus auxiliares.

A despeito das mudanças que a comissão de mérito, Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público promoveu, vale a pena discorrermos a respeito do projeto apresentado. Nesse passo, estabelece a proposição em epígrafe, no art. 2º, que poderão exercer a profissão de cerimonialista: a) o titular de diploma de nível superior; b) o diplomado por escola estrangeira, com diploma revalidado no país; e c) quem, na data de entrada em vigor dessa lei, possua o diploma de ensino médio ou equivalente e tenha, comprovadamente, exercido a profissão por cinco anos. O art. 3º determina que poderá exercer a profissão de técnico de cerimonial: a) o portador de diploma de ensino médio ou equivalente, desde que matriculado em curso superior sequencial de cerimonial; e b) quem, na data de entrada em

vigor dessa lei, possua o diploma de ensino fundamental e tenha exercido, comprovadamente, a profissão por quatro anos.

Segundo o art. 4º, a profissão de auxiliar de cerimonial poderá ser exercida por portador de diploma de ensino fundamental, desde que na data da vigência da lei comprove o exercício da profissão por dois anos. A comprovação do exercício da profissão, em todos os casos, segundo o art. 5º, será fornecida por instituição pública.

O art. 6º discrimina as atividades e atribuições dos profissionais mencionados na lei e estabelece ser privativa de cerimonialista a responsabilidade técnica por eventos de cerimônia e solenidade, assim como a emissão de laudos, relatórios ou pareceres técnicos.

O art. 7º garante o direito do profissional de cerimonial de acompanhar a execução e implantação do projeto. E, por fim, o art. 8º determina que a jornada de trabalho dos profissionais do cerimonial não excederá de quarenta horas semanais, facultada a compensação de horários e redução de jornada, mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho.

As autoras, em sua justificação, ressaltam a seriedade e o profissionalismo necessários para o exercício das profissões relacionadas ao cerimonial e afirmam que a regulamentação específica do exercício da profissão contribuirá para o desenvolvimento técnico de seus praticantes.

Posteriormente, sublinhe-se, o substitutivo aprovado em 18 de abril de 2018 pela CTASP, de autoria do Deputado Dep. Walney Rocha, retirou do texto as exigências e requisitos dos arts. 2º, 3º, 4º e 5º da proposição em análise.

Destaque-se ainda que a matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD) e tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD). Foi distribuída, para análise de mérito, à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que a aprovou com substitutivo, nos termos do parecer do relator, Deputado Walney Rocha como acima mencionado.

Decorrido o prazo regimental neste Órgão Técnico, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.455, de 2016, e do substitutivo aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Trata-se de regulamentação de profissão, matéria afeta ao direito do trabalho e, portanto, de competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, I da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional, dispor, com a sanção do Presidente da República, sobre as matérias de competência da União, conforme estabelece o art. 48, *caput*, da Constituição Federal. A iniciativa legislativa é legítima, sedimentada no que dispõe o art. 61, *caput*, da Lei Maior.

Dessa forma, atendidos os requisitos constitucionais formais, observa-se igualmente que, em linhas gerais, o projeto de lei em exame e o substitutivo da CTASP estão em consonância com as demais normas constitucionais de cunho material, assim como com os princípios e regras em vigor no nosso ordenamento jurídico.

Ressalte-se, todavia, que os arts. 2º, 3º, 4º e 5º do Projeto de Lei nº 5.455, de 2016, ao restringir o exercício da profissão a determinados profissionais, criando exigências muito específicas para seu exercício, fere a liberdade de exercício profissional, prevista no inciso XIII do art. 5º da Constituição. Nesse sentido, o deputado relator da CTASP muito bem escreveu sobre a questão:

“O citado dispositivo da Constituição permite que a lei estabeleça requisitos de qualificação profissional para determinadas atividades. Entretanto isso apenas se justifica em profissões cujo exercício acarrete sério risco à sociedade. Nesse sentido, é o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, e, pelas mesmas razões, diversas propostas de regulamentação de profissões sem esse potencial lesivo já foram vetadas pela Presidência da República. É o que verificamos, por exemplo, na Mensagem de Veto Total nº 289, de 2015, a projeto de regulamentação do exercício da profissão de decorador, e na Mensagem de Veto Total nº 444, de 2015, a projeto de regulamentação do exercício profissional de designer.

Quanto às atividades de cerimonial, entendemos que seu exercício não acarreta risco à sociedade de modo a justificar as restrições previstas no projeto. (...).”

Com efeito, o substitutivo aprovado pela CTASP sana as inconstitucionalidades do projeto principal, pois retira do texto as exigências e requisitos dos arts. 2º, 3º, 4º e 5º do Projeto de Lei nº 5.455, de 2016, ao excluir a diferenciação entre os cerimonialistas, técnicos e auxiliares de cerimonial. Salientamos que a exclusão destes artigos também deixou de prever a necessidade de conclusão de diploma de nível superior na área.

De outra mão, o substitutivo aprovado na comissão de mérito, mantém a disciplina de maneira genérica acerca do exercício da profissão de cerimonialista, estabelecendo suas atividades e atribuições; determinando o direito de acompanhar a execução e implantação dos planos, projetos ou programas, de modo a garantir a realização conforme as condições, especificação e detalhes técnicos estabelecidos; assim como mantém o estabelecimento da jornada de trabalho.

No que diz respeito à técnica legislativa, tanto o projeto principal quanto o substitutivo estão bem redigidos e respeitam as regras de redação, elaboração, alteração e consolidação das leis, estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998.

Isto posto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.455, de 2016, nos termos do substitutivo da CTASP, que corrige a inconstitucionalidade material dos arts. 2º, 3º, 4º e 5º do projeto em análise.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada MARIA DO ROSÁRIO
Relatora